



**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA E DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA DA SEGUNDA EMISSÃO DA
PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- (i) PETROQUÍMICA UNIÃO S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Costa e Silva, nº 1178, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 61.632.964/0001-47, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora"); e
- (ii) PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2439, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA E DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA DA SEGUNDA EMISSÃO DA PETROQUÍMICA UNIÃO S.A., (doravante denominada "Escritura de Emissão"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I. - DA AUTORIZAÇÃO

A Escritura de Emissão é firmada com base na autorização deliberada pela Reunião do Conselho de Administração (doravante designada "RCA") da Emissora realizada em 23 de junho de 2004, de acordo com a primeira parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76").



JUR_SP 409448v4 83.204613



CLÁUSULA II. - DOS REQUISITOS

A segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, (doravante denominada "Emissão"), será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. - Arquivamento da Deliberação

A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

2.2. - Inscrição da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão, seus aditamentos e anexos serão inscritos na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

2.3. - Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada "CVM"), na forma das Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. - Registro para distribuição no mercado primário

A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada na Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP").

2.5. - Registro para negociação secundária

As Debêntures, como abaixo definidas, serão registradas para negociação secundária por meio do (a) sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (b) Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela



JUL SP 409448v4 83.204613



ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as debêntures custodiadas na CETIP.

2.6. - Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").

A Emissão deverá ser registrada pelo coordenador líder da emissão ("Coordenador Líder"), conforme definido no contrato de coordenação ("Contrato de Coordenação") celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder desta Emissão na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, datado de 16 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA III. - DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. - A Emissora tem por objeto social (a) a operação, em Capuava, Município de Santo André, Estado de São Paulo, de um conjunto industrial para processar nafta, outros derivados do petróleo e outras matérias-primas afins, bem como para fabricar produtos petroquímicos, químicos ou similares; (b) a construção, aquisição ou operação de outros conjuntos, inclusive com finalidades correlatas, conexas e afins, ou de quaisquer estabelecimentos que utilizem ou processem produtos químicos ou petroquímicos; (c) o beneficiamento, industrialização, armazenamento, transporte, exportação, importação e comércio de produtos químicos, petroquímicos ou seus derivados; e (d) a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham qualquer dos objetos referidos acima, observadas as restrições legais e estatutárias.

CLÁUSULA IV - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. - Observada a forma de integralização prevista na Cláusula 5.15 abaixo, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será utilizado na recomposição do capital do giro da Emissora e na manutenção dos investimentos necessários ao adequado funcionamento de seu parque industrial.

CLÁUSULA V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições ("Debêntures"):



JUR. SP 409448v4 83.204613

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

5.1. - Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão de debêntures da Emissora.

5.2. - Valor da Emissão

O valor total da Emissão é de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido a seguir.

5.3. - Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definido a seguir ("Valor Nominal").

5.4. - Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão é feita em série única, constituída de até 15.000 (quinze mil) Debêntures.

5.5. - Forma

As Debêntures terão a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo), responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido relatório próprio, indicando a titularidade das Debêntures ali custodiadas, e para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido pelo SND o relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no referido sistema.

5.6. – Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.





5.7. - Espécie

As Debêntures serão quirografárias.

5.8. - Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de junho de 2004 ("Data de Emissão").

5.9. - Limite de Emissão

Tendo em vista que (i) o capital social da Emissora nesta data é de R\$ 268.540.788,89 (duzentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos); e (ii) a emissão das Debêntures poderá totalizar até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está cumprido.

5.10. - Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas ou lotes mínimos, máximos ou suplementares, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas dos investidores que não condicionarem a subscrição das Debêntures à distribuição total das Debêntures, sendo certo que a distribuição será realizada ainda que não haja a colocação total das Debêntures.

5.11 - Prazo e data de Vencimento

Para todos os efeitos legais, as Debêntures terão prazo de vencimento de 96 (noventa e seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento"), quando deverá ser pago o saldo do valor do principal das Debêntures juntamente com o valor da Remuneração eventualmente devida, em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura de Emissão.



WA



5.12. - Remuneração

A partir da Data de Emissão, sobre o saldo do Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,83% (um inteiro e oitenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração").

A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = { VNe x [(FatorDI x FatorSpread) – 1] }, onde:
 J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
 VNe = saldo do Valor Nominal no início do Período de Capitalização, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
 FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

Fator DI = $\prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$, onde:

n_{DI} = número total de taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$, onde: $k = 1, 2, \dots, n$, sendo TDI_k calculado com 8 (oito) casas

decimais, com arredondamento;

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro;





FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos anuais calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

FatorSpread = $[1 + (\text{Sobretaxa}/100)]^{(\text{DP}/252)}$, onde:

DP = número de dias úteis entre o último evento de pagamento da Remuneração e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O produto FatorDI x FatorSpread deverá ser calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas de pagamento da Remuneração, sendo que o primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão (inclusive) e término na data do primeiro pagamento da Remuneração (exclusive). Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior (inclusive) e término na data de pagamento da Remuneração subsequente (exclusive), cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.12.1 - Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.12.2 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.12.2 - No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas ("Assembléia de Debenturistas") titulares das Debêntures, a ser



JUR_SP 409448v4 83.204613



realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contado da data do evento, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Emissora. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na Assembléia de Debenturistas mencionada nesta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida da Sobretaxa aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da Assembléia de Debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

5.12.3 - Periodicidade de pagamento da Remuneração

A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2004 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração, os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.

5.13. - Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal será pago pela Emissora em 9 (nove) parcelas iguais, semestrais e sucessivas, a partir do final do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2008 ("Amortização" ou "Amortizações").

5.14. - Preço de Subscrição

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal acrescido da





Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão das Debêntures até a Data de Integralização, conforme definido abaixo ("Preço de Subscrição").

5.15 - Forma de Subscrição e de Integralização

A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), mediante pagamento em moeda corrente nacional.

5.16 - Prazo de subscrição

Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição.

5.17. - Decadência dos direitos aos acréscimos

O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.18. - Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos nos termos desta Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, ou pela CETIP, ou, ainda, por meio da Instituição Depositária (conforme definido abaixo) para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

5.18.1 - Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.



JUR_SP 409448v4 83.204613



5.19. - Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

5.20. - Repactuação

Não haverá repactuação.

5.21. - Encargos Moratórios

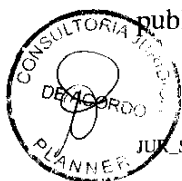
Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

5.22. - Mora do debenturista

Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

5.23. - Publicidade

Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados no jornal "Gazeta Mercantil", ou em outro jornal de grande circulação,



JUL_SP 409448v4 83.204613

10/11

10/11

10/11

10/11



mas sempre em edição nacional (sendo que o anúncio de início de distribuição será publicado de forma resumida, na forma do artigo 52, parágrafo único, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, expedida pela CVM), todos os atos e decisões relativos às Debêntures, deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais "Gazeta Mercantil", edição nacional no boletim oficial da bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e por meio do *site* da Emissora (www.pqu.com.br) na *Internet*, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso, devendo a Emissora informar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

5.24. - Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. Quando feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

I. - Para a Emissora:

PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.

Avenida Presidente Costa e Silva 1178, Bairro Capuava

09270-901 Santo André, SP

At.: Sr. Fernando Raul Mieli

Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (11) 4478-1646

(11) 4478-1647



HUR SP 409448v4 83.204613



Fac-símile: (11) 4478-1500
Correio Eletrônico: pqu@pqu.com.br

II. - Para o Agente Fiduciário:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Paulista, 2439, 11º andar
CEP: 01311-300
At.: Sr. Artur Martins de Figueiredo
Telefone: (11) 3061-9444
Fac-símile: (11) 3060-9575
Correio Eletrônico: afigueiredo@plannercorretora.com.br

III. - Para CETIP:

CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação
Avenida República do Chile, 230, 11o andar, Rio de Janeiro -RJ
CEP: 20031-170; ou
Rua Líbero Badaró, 425, 24o andar, São Paulo – SP
CEP: 01009-000

Telefone: (21) 2276-7474
(11) 3111-1596
Fac-símile: (21) 2252-4608
(11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

IV. - Para a Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 Osasco – SP

At.: Departamento de Ações e Custódia
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645

V. - Para a CBLC:

CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
Rua XV de Novembro, 275, 6º andar, São Paulo - SP



JUR_SP 409448v4 83.204613



CEP: 01013-001

Telefone: (11) 3233-2265

(11) 3233-2267

Fac-símile: (11) 3233-2242

E-mail: custodia@cblc.com.br

5.25 - Instituição depositária :

A instituição depositária, prestadora de serviços de escrituração das Debêntures será o Banco Bradesco S.A. ("Instituição Depositária").

CLÁUSULA VI - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. - Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei n.º 6.404/76.

6.1.1. - As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.

6.1.2. - A Emissora está impedida de negociar privadamente as Debêntures desta emissão.

6.1.3. - O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

6.2. - Vencimento Antecipado

6.2.1 - Observado o disposto nas Cláusulas abaixo, o Agente Fiduciário deverá



UDR_SP 409448v4 83.204613



declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* (e, em se tratando de atraso no cumprimento de obrigações de natureza pecuniária (especialmente no caso do inciso II abaixo), dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 5.21 acima), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

I. - (a) pedido de auto-falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou de qualquer coligada da Emissora cujo valor do investimento refletido no balanço da Emissora seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Emissora, conforme apurado pelas demonstrações financeiras da Emissora mais recentes à época da ocorrência do evento ("Coligada Relevante"); (b) decretação de falência da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou de qualquer Coligada Relevante; ou (c) pedido de concordata formulado pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou por qualquer Coligada Relevante (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementará a atual legislação sobre falências e concordatas);

II. - não pagamento, pela Emissora, das Amortizações, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;

III. - fusão, incorporação ou cisão da Emissora sem que (a) a operação tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas, na forma prevista na cláusula IX desta Escritura de Emissão; ou (b) tenha sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembléias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento;



PLANET_SP 409448v4 83.204613

W

o

g

JK



IV. - realização de quaisquer das operações previstas neste inciso envolvendo a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer Coligada Relevante: (a) fusão; (b) incorporação; (c) alienação, transferência ou oneração do controle societário direto da Emissora; (d) aquisição de todos os ativos de outra sociedade ou de parcela substancial dos mesmos; (e) aquisição de participação no capital social de qualquer sociedade, sob qualquer forma, seja por aquisição ou subscrição de participação societária ou qualquer título ou valor mobiliário conversível em participação societária; (f) venda ou transferência de todos os ativos ou de parcela substancial dos mesmos que possa afetar a capacidade de pagamento da Emissora, no que se refere às Debêntures; (g) alteração na condução dos negócios ou de parcela substancial dos mesmos, face à forma como vêm sendo atualmente conduzidos; ou (h) qualquer outro ato ou operação que tenha como resultado o mesmo de qualquer uma das operações acima; desde que, em qualquer dos casos deste inciso, resulte, a qualquer tempo, (i) no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) fixada para os fins da Emissão das Debêntures e constante do anúncio de início de distribuição das Debêntures além de 2 (dois) níveis de classificação (*notchs*); e/ou (ii) no desenquadramento dos índices e limites a que se refere o inciso XIV abaixo;

V. - mudança do objeto social da Emissora;

VI. - pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios em virtude de lei, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se a Emissora estiver em mora no que se refere ao pagamento ou cumprimento de quaisquer obrigações relativas às Debêntures;

VII. - protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer Coligada Relevante, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;



VIII. - não pagamento, pela Emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta,

JUR_SP 409448v4 83.204613



da Emissora, ou por qualquer Coligada Relevante, de qualquer dívida cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contado da data de vencimento de tal dívida (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato);

IX. - vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou de qualquer Coligada Relevante cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contado da data de vencimento de tal dívida (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato);

X. - condenação da Emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou de qualquer Coligada Relevante, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado em qualquer período de 12 (doze) meses, ao pagamento de valor igual ou superior a 30% (trinta por cento) do EBITDA da Emissora (conforme definido abaixo), para pagamento em prazo não superior a 1 (um) ano, excluindo-se os depósitos judiciais;

XI. - ocorrência de mudança na condição financeira da Emissora que afete ou possa afetar, de maneira significativa e adversa, a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

XII. - não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Coordenação, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário;

XIII. - as declarações previstas na Cláusula 10.1 abaixo provarem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;



JUR_SP 409448v4 83.204613

um

o

Handwritten signatures and initials.



XIV. -falta de enquadramento da Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 abaixo,:

(a) a razão entre o EBITDA e as Despesas Financeiras Líquidas maior que 1,5 (um inteiro e cinco décimos) até o quarto trimestre de 2007, passando para 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) a partir do primeiro trimestre de 2008;

(b) a razão entre Endividamento Líquido e Patrimônio Líquido menor do que 1,5 (um inteiro e cinco décimos) até o final do quarto trimestre de 2007, passando para 1,0 (um inteiro) a partir do primeiro trimestre de 2008;

(c) a razão entre Endividamento Líquido e EBITDA, menor do que 3,5 (três inteiros e cinco décimos) até o final do quarto trimestre de 2007, passando para 3,0 (três inteiros) a partir do primeiro trimestre de 2008.

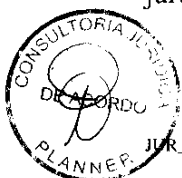
Para os fins desta Escritura de Emissão, serão aplicadas as seguintes definições:

“Patrimônio Líquido”: o valor indicado na conta com esta denominação nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM;

“Endividamento Líquido”: é o passivo com instituições financeiras, acrescido de títulos e valores representativos de dívida emitidos, deduzidas as operações de swap e as disponibilidades mais aplicações financeiras registradas no ativo;

“EBITDA”: é o resultado antes dos impostos, das despesas/receitas financeiras, das variações cambiais/monetárias ativas e passivas, outras despesas/receitas não operacionais, da amortização, da depreciação e da provisão para parada programada;

“Despesas Financeiras Líquidas”: é o valor indicado na conta de despesas financeiras com esta denominação nas demonstrações financeiras consolidadas padronizadas encaminhadas à CVM, excluída a variação cambial/monetária, os juros sobre capital próprio e a amortização de ágio aplicável nesta conta.



JUR_SP 409448v4 83.204613

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



XV. -realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social ou que possa comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, desde que o evento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário;

XVI. -celebração, pela Emissora, na qualidade de mutuante, de contratos de empréstimo em dinheiro, ou a realização de qualquer forma de repasse ou empréstimo de recursos financeiros, incluindo por meio de assunções de dívidas ou compromissos, subscrições de títulos ou valores mobiliários, adiantamentos para futuro aumento de capital, aumentos de capital e aquisição de ações resgatáveis, (i) a qualquer coligada da Emissora; ou (ii) a qualquer controlada da Emissora, cujo valor unitário agregado exceda, a qualquer tempo, 25% (vinte e cinco por cento) do EBITDA da Emissora; ou (iii) a qualquer acionista, direto ou indireto, da Emissora; ou (iv) a qualquer terceiro, desde que, em qualquer dos casos deste inciso, o evento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário; ou

XVII. - criação, pela Emissora, ou permissão, pela Emissora, da existência de qualquer Garantia (conforme definido abaixo) outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de empreendimento ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito, incluindo quotas ou ações, e não integralizado), destinada a garantir suas Dívidas (conforme definido abaixo), qualquer de suas Obrigações (conforme definido abaixo) ou Dívidas ou Obrigações de outra Pessoa (conforme definido abaixo) caso o montante a ser garantido, agregado a todos os demais montantes garantidos naquela ocasião, exceda a qualquer tempo o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor contábil (líquido, após deduzidas depreciações e amortizações) de todos os ativos permanentes da Emissora (de forma não consolidada), conforme as últimas demonstrações financeiras da Emissora disponibilizadas ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão ("Limite para Garantias"), desde que o evento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário.



Para os fins deste inciso, entende-se por:

JUR_SP 409448v4 83.204613



"Dívida": qualquer obrigação, presente ou futura, real ou contingente, de pagar ou reembolsar quantia tomada em empréstimo, incluindo por meio de aceite ou arrendamento mercantil. A Dívida em moeda estrangeira deve ser convertida em reais para que se possa determinar o valor da Dívida em aberto, utilizando-se, para tanto, a taxa de compra de câmbio publicada pelo Banco Central do Brasil, real ou aproximada (apurada com base em determinação ou aprovação dos auditores da Emissora), vigente no dia útil imediatamente anterior à data do cálculo.

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame ou direito de garantia equivalente, incluindo alienação fiduciária, criado ou existente de acordo com a legislação aplicável.

"Garantias Permitidas": (i) Garantia existente na Data de Emissão; (ii) Garantia que recaia sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas (a) para assegurar o pagamento de Dívidas incorridas exclusivamente com o propósito de possibilitar o financiamento da aquisição, construção ou instalação de tais bens, desde que constituída em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de finalização de tal aquisição, construção ou instalação; ou (b) existentes sobre tais propriedades, ativos (inclusive sobre ações) ou receitas na data de sua aquisição; (iii) Garantia existente sobre a totalidade ou parte de qualquer propriedade, ativo (inclusive sobre ações) ou receitas de empresas que venham a ser incorporadas pela Emissora; (iv) Garantia decorrente de financiamentos concedidos por agências multilaterais de fomento (incluindo, sem limitação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES); (v) Garantia fidejussória, na forma de aval ou fiança, concedido em favor de controlada; (vi) Garantia decorrente de operações de *vendor*; e (vii) qualquer prorrogação, renovação ou substituição, total ou parcial, de quaisquer das Garantias descritas nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) acima, desde que (x) a referida prorrogação, renovação ou substituição seja limitada ao bem objeto da Garantia sendo prorrogada, renovada ou substituída; e (y) o principal da Dívida garantida não seja aumentado.

"Obrigações": qualquer obrigação de uma Pessoa de pagar Dívida de outra incluindo (i) obrigação de pagar ou assumir tal Dívida; (ii) obrigação de conceder um empréstimo ou adquirir ou subscrever ações ou valores mobiliários, de adquirir



JUR_SP 409448v4 83.204613



ativos ou serviços de modo a gerar fundos para o pagamento de tal Dívida; (iii) uma indenização decorrente de inadimplência no pagamento de tal Dívida; ou (iv) qualquer acordo que estipule a responsabilidade dessa Pessoa pelo pagamento de tal Dívida.

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

6.2.2. - Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos no inciso I da Cláusula 6.2.1 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.2.3. - Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.2.1 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.2.2 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 9 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, Assembléia de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. O Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures somente se, na referida Assembléia de Debenturistas:

I. - Na ocorrência dos eventos previstos nos incisos II a XVII da Cláusula 6.2.1 acima, os debenturistas representando a unanimidade das Debêntures em circulação decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; ou

II. - caso a Emissora comprove que o evento objeto da convocação da Assembléia de Debenturistas foi sanado antes da data da sua realização, poderão os debenturistas, por decisão dos titulares da unanimidade das Debêntures em circulação, deliberar pela não declaração do vencimento antecipado, caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.4. - Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a



WZ

2

JK
D



Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, em se tratando de atraso no cumprimento de obrigações de natureza pecuniária (especialmente no caso do inciso II da Cláusula 6.2.1 acima), dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

CLÁUSULA VII. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. - A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. - fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247/96, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM), bem como fornecer as informações que explicitam as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XIV da Cláusula 6.2.1 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XIV da Cláusula 6.2.1 acima;

(b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM), bem como fornecer as informações que explicitam as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XIV da Cláusula 6.2.1



PLANNER JUR_SP 409448v4 83.204613



acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XIV da Cláusula 6.2.1 acima;

(c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

(d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração, reuniões de diretoria e reuniões do conselho fiscal que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, interesses estes relacionados às obrigações assumidas pela emissora na presente Escritura, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(e) informações sobre alterações de titularidade de ações de emissão da Emissora, para os fins previstos no item (c) do inciso IV da Cláusula 6.2.1 acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva alteração;

(f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, e de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a Emissora seja parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data do descumprimento;

(g) qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, devidamente comprovada sua necessidade, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação; e

(h) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

II. - manter atualizado, pelo menos anualmente, os relatórios de classificação de risco das Debêntures, elaborados pela agência de classificação de risco Standard &



24/3

2

9



Poor's, disponibilizando ao Agente Fiduciário e ao mercado cópia de tais relatórios no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento;

III. - sempre que a Emissora realizar qualquer das operações previstas no inciso IV da Cláusula 6.2.1 acima, (a) informar o Agente Fiduciário, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da realização da respectiva operação; (b) contratar a agência de classificação de risco Standard & Poor's para realizar revisão da classificação de risco das Debêntures e da Emissora, devendo os respectivos relatórios de classificação de risco ser enviados ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva operação; e (c) efetuar o cálculo dos limites e índices a que se refere o inciso XIV da Cláusula 6.2.1 acima, entregando ao Agente Fiduciário cópia de suas últimas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, pro-forma, refletindo a operação realizada, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites e acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites;

IV. - manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;

V. - manter e fazer com que suas controladas mantenham, todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seus objetos sociais;

VI. - submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

VII. - manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;

VIII. - manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das



JUR_SP 409448v4 83.204613



Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;

IX. - manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix) e a agência de classificação de risco prevista nesta Escritura de Emissão;

X. - efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.7 abaixo; e

XI. - comparecer às assembléias de debenturistas sempre que solicitada.

CLÁUSULA VIII. - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. - Nomeação

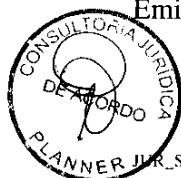
A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário dos debenturistas da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, Planner Corretora de Valores S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.1.1. - O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo de instituição financeira.

8.2. - Declaração

O Agente Fiduciário declara:

(a) que a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas, ou suas



27

[Handwritten signatures and initials]



coligadas) seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas, ou de suas coligadas), e (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(b) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(c) que esta Escritura de Emissão contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(d) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

(e) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

(f) aceitar integralmente a Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;

(g) estar ciente da regulamentação aplicável à sua função;

(h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;

(i) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(j) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições;

(k) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura de



JUR SP 409448v4 83.204613



Emissão; e

(l) ter verificado a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76.

8.2.1 - O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irrevogável, a indenizar os debenturistas e o Coordenador por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas e pelo Coordenador em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.2 acima.

8.2.2 - Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e o Coordenador caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

8.2.3 - A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.3. - Substituição

8.3.1. - Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.3.2. - Se a convocação da Assembléia de Debenturistas a que se refere o item 8.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria



JUR_SP 409448v4 83.204613

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



Assembléia de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto nas Cláusulas 8.3.7 e 8.4.1 abaixo.

8.3.3. - A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no item 8.4.1 adiante.

8.3.4. - Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.5. - Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário.

8.3.6. - É facultado aos debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Emissora.

8.3.7. - A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

8.3.8. - Os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade quanto ao período da efetiva prestação dos serviços.

8.3.9. - O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia dos Debenturistas não delibere sobre a matéria.

8.3.10. - A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à Escritura de Emissão, averbado na Junta Comercial do local de registro da Escritura de Emissão, conforme previsto no artigo 5º da Instrução CVM n.º 28/83.



JUR_SP 409448v4 83.204613

any

[Signature]

[Signature]

[Signature]



8.3.11. - O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 5.23 acima.

8.3.12. - O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura de Emissão ou de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

8.3.13. - Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4. - Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) Parcelas trimestrais de R\$6.000,00 (seis mil reais), devida a primeira parcela na data de assinatura da presente Escritura e as demais parcelas devidas trimestral e consecutivamente, nessa mesma data;

(b) Do valor da primeira parcela será deduzido o montante de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) já pago pela Emissora a título de custo de implantação;

(c) As parcelas constantes do item (a) acima serão atualizadas anualmente, a partir da data de assinatura da presente Escritura, com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M / FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo; e

(d) A remuneração será acrescida dos seguintes tributos: (i) Imposto sobre Serviços e Qualquer Natureza ("ISS"); (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"); (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"); e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida



UR_SP 409448v4 83.204613

W

2

g

Handwritten signature.



remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

I. - O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

II. - a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

III. - a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoáveis e devidamente comprovadas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da sua função, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam consideradas necessárias em base razoável, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora; e

IV. - em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, exceto se o Agente Fiduciário não estiver cumprindo com suas obrigações, conforme definidas nesta Escritura de Emissão.

8.5. - A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. Os valores de despesas superiores à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser previamente aprovados pela Emissora. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais,



JUR SP 409448v4 83.204613



inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas razoáveis a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6. - Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 8.6 acima os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

8.7. - As despesas a que se refere a Cláusula 8.6 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- I. - publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. - extração de certidões;
- III. - locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- IV. - eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.



JUR_SP 409448v4 83.204613

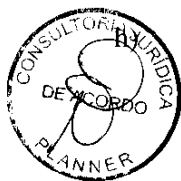


8.7.1 - O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.8. - Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na Escritura de Emissão constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
 - b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
 - c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
 - f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
 - g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções,



JUR_SP 409448v4 83.204613



certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;

i) solicitar, se assim deliberado favoravelmente pela Assembleia de Debenturistas, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;

j) convocar, quando necessário, a Assembleia de Debenturistas;

j.1) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia de Debenturistas;

l) comparecer à Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l.1) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembleia de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;

m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



JUR_SP 409448v4 83.204613

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



m.5) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

n) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "m" aos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;

n.3) na CVM;

n.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures;

n.5) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.

o) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "n";

p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante,



UR SP 409448v4 83.204613



inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLIC;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer e;

r) sem prejuízo do disposto no item 6.2.2, notificar os debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM;

r.2) à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e

r.3) ao Banco Central do Brasil.

8.11. - Atribuições Específicas

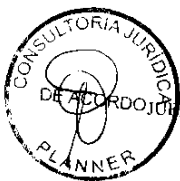
O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições da Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora;

(d) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.



SP 409448v4 83.204613



O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "c" do *caput* deste item se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea "d" do *caput* deste item, será suficiente a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA IX. - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

9.1. - Convocação

9.1.1. - Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

9.1.2. - A Assembléia Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2. - A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei n.º 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.3. - Quorum de Instalação

A Assembléia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem no mínimo, 1/2 (metade) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.3.1. - Para os efeitos da presente Escritura de Emissão, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora.





9.4. - Mesa Diretora

A presidência da Assembléia de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.5. - Quorum de Deliberação

9.5.1. - Nas deliberações da assembléia, a cada debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou Prazo de Vencimento das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura de Emissão deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. As disposições previstas nesta cláusula aplicam-se a todos os quoruns a que se referem esta Escritura de Emissão de Emissão

9.5.2. - Sem prejuízo do quorum de 75% (setenta e cinco por cento) previsto no item 9.5.1 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de índice, taxa ou fator componente da Remuneração, o quorum necessário para definição da nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação.

9.6. - Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:

I. - os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e

II. - as alterações (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) das datas de pagamento de Amortizações e Remuneração; e (d) da espécie das Debêntures, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.



409448v4 83.204613



9.6.1. - Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídos os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, ou qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

9.7. - Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias de Debenturistas.

9.8. - O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9. - Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X. - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. - Declarações e Garantias do Agente Fiduciário:

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(a) a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas, ou suas coligadas) seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas, ou de suas coligadas), e (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



15

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



- (c) esta Escritura de Emissão contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º, da Lei n.º 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (e) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (f) aceita integralmente a Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (g) está ciente da regulamentação aplicável à sua função;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (l) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76.

10.2. - Declarações e Garantias da Emissora:

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:





- (a) se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo Coordenador em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas neste contrato;
- (b) sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 alínea (a) acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador caso quaisquer das declarações aqui prestadas se mostrarem inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas, ou suas coligadas) seja parte, nem irá resultar em:
- (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos,
- (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
- (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (f) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;



JUR_SP 409448v4 83.204613



(g) o Prospecto contém e conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

(h) as declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(i) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,

(j) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada Prospecto, ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica;

(k) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiros;

(l) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(m) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



PLANALTO, SP 409448v4 83.204613



(n) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(o) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

CLÁUSULA XI. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. - Das Despesas

Correrão por conta da Emissora todos os custos decorrentes (i) da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro junto à CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) do registro e da publicação dos atos necessários à emissão das Debêntures, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários relacionados a esta emissão de Debêntures; e (iv) da contratação do Agente Fiduciário e da Instituição Depositária.

11.2. - Do Título Executivo Extrajudicial e da Execução Específica

Esta Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.3. - Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou





faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. - Acordo Integral

A presente Escritura constitui o acordo integral entre as partes com relação ao objeto desta Escritura, substituindo e revogando de pleno direito todos os documentos, acordos e entendimentos entre as partes, sejam eles verbais ou escritos, anteriores à presente data e relativos ao objeto contemplado nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única e da Espécie Quirografária da Segunda Emissão da Petroquímica União S.A., datada de 20 de maio de 2004.

11.5. - Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. - Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para o exercício do direito de ação previsto no artigo 33 da Lei n.º 9.307/96 e para a execução de sentença arbitral e das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 2 de julho de 2004

PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.

Nome:

Wilson Koji Matsumoto
CPF: 831.653.048-15

Cargo:

Diretor Superintendente

Nome:

Cesar Tadeu da Silva Barlem

Cargo:

Diretor


CPF: 056.808.400-49

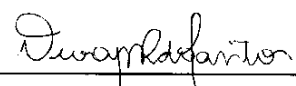


JUR_SP 409448v4 83.204613

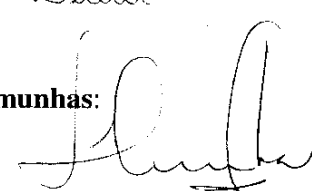


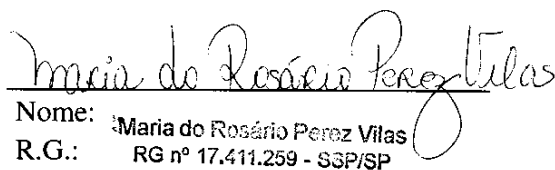
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.


Nome: Artur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor


Nome: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Procuradora

Testemunhas:


Nome: Lucinéia da Cunha
R.G.: 19.101.949-5
CPF/MF: 115.795.498-70.


Nome: Maria do Rosário Perez Vilas
R.G.: RG nº 17.411.259 - SSP/SP
CPF/MF: 084 132 998 -08



joc:taro:btj